



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

CADERNO 3

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - CONTRATAÇÕES DIRETAS

Decisor:	Louise Costa Ferreira
Unidade Demandante:	Secretaria de Engenharia
Equipe de Planejamento:	Louise Costa Ferreira (SENG), servidores da Secretaria de Engenharia e da Secretaria de Gestão Predial
Integrante demandante:	Louise Costa Ferreira (SENG)
Integrante Técnico:	Servidores da Secretaria de Engenharia e da Secretaria de Gestão Predial
Integrante Administrativo:	Não será indicado.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para implantação de um Espaço de Convivência dos Desembargadores, a ser instalado no 10º andar do Edifício Anexo, em área atualmente ocupada por uma sala de sessões de menor porte.

II. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANEJAMENTO DO TRT

A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do TRT-3?

A reforma proposta está relacionada ao objetivo estratégico "Promover o trabalho decente e a sustentabilidade".

II.1. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO TRT

A contratação está alinhada/inserida no Plano Anual de Contratações do TRT-3?

A solicitação para inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual de 2026 (PCA-2026) foi feita no dia 14 de janeiro de 2026:

Serviços de reforma para implantação de espaço de convivência para Desembargadores no 10º andar do edifício Anexo e troca do sistema de climatização do restante do pavimento.

II.2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PDTIC DO TRT

Não se aplica

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Quais os requisitos necessários para o atendimento da necessidade?

1. Contratação de empresa do ramo da construção civil que será a responsável pela execução de todos os serviços necessários para a reforma do ambiente que possua infraestrutura operacional e profissional com experiência comprovada através de serviços semelhantes.
2. A empresa deverá possuir recursos para prestação dos serviços com fornecimento de insumos, mão de obra e maquinários, em quantidade e qualidade adequados para a demanda.

Caso a quantidade de fornecedores seja restrita, quais são os requisitos que limitam a participação? Esses requisitos são realmente indispensáveis?

Várias empresas conseguem cumprir os requisitos desta contratação. Existe um número razoável de empresas habilitadas a realizarem o serviço. Não há restrição de fornecedores no mercado.

Qual a data limite para o atendimento da necessidade?

Considerando a determinação por atendimento ao cronograma apresentado abaixo, é desejável que a instrução do processo de contratação seja concluída até abril de 2026, com a contratação efetivada até junho de 2026.

IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS

Quais são as estimativas das quantidades para a contratação? Essas estimativas devem ser acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte.

As quantidades a serem contratadas serão estimadas a partir dos projetos de arquitetura e engenharia elaborados pela equipe de engenheiros e arquitetos do

TRT3. Os projetos e as planilhas com os levantamentos de quantitativos farão parte do processo de contratação.

Foram consideradas interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala?

Não se aplica. Os serviços de reforma do imóvel consideram as especificidades locais e os níveis de intervenções necessários, não podendo ser aplicados a outras contratações.

Para definição das quantidades podem ser considerados: Série histórica, levantamentos “*in loco*”, dentre outros.

Podem ser utilizados levantamentos “*in loco*” e nos projetos executivos.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Qual a justificativa para a contratação?

A presente atende à determinação da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para a implantação de um espaço de convivência dos desembargadores (PROAD 46/2026 e PROAD 109/2026), a ser instalado no 10º andar do Edifício Anexo, em área atualmente ocupada por uma sala de sessões de menor porte, cuja desativação se mostra necessária.

O Tribunal não dispõe, atualmente, de ambiente destinado a essa finalidade. A sua criação visa primordialmente a promoção da integração institucional entre os Desembargadores, inclusive para a realização de refeições em conjunto, as quais não serão produzidas no local. Além disso, a disponibilidade de um espaço dessa natureza possibilita ganhos de segurança e eficiência institucional (ao diminuir a necessidade de deslocamentos externos de autoridades e toda a logística de transporte associada). Ressalte-se que outros Tribunais Regionais do Trabalho já dispõem de espaços semelhantes, com históricos positivos.

Para a adequação do espaço, atualmente estruturado para o funcionamento de uma sala de sessões, será necessária a realização de intervenção integral no ambiente. Essa intervenção abrangerá serviços de demolição e remoção de diversos elementos, tais como mesas dos desembargadores em pedra, forro mineral, luminárias e demais componentes correlatos. Será igualmente indispensável a construção de área destinada a copa/cozinha, a revitalização das instalações sanitárias existentes, bem

como a execução de serviços especializados de marcenaria e outros ajustes necessários à nova funcionalidade pretendida.

Diante da complexidade e da abrangência das intervenções, faz-se imprescindível a elaboração de projetos executivos que contemplem, de forma integrada, os aspectos arquitetônicos e técnicos da reforma, possibilitando, posteriormente, a adequada contratação dos serviços de engenharia para a sua execução.

Os projetos executivos de arquitetura e complementares (elétrico, hidrossanitário e de condicionamento de ar) poderão ser elaborados por servidores integrantes do quadro próprio do Tribunal, em observância ao princípio da eficiência administrativa e com vistas à redução de custos decorrentes de contratações externas.

Entretanto, a execução das obras e dos serviços de engenharia necessários à implementação do projeto executivo não pode ser realizada por meio dos contratos de engenharia atualmente vigentes no âmbito do Tribunal, uma vez que tais instrumentos não contemplam o escopo específico da reforma pretendida, tampouco permitem, por sua natureza e objeto, a absorção das intervenções necessárias no 10º andar do Edifício Anexo.

Dessa forma, a execução da reforma demandará a contratação específica de empresa de engenharia, mediante procedimento próprio, para implementação das soluções definidas nos projetos executivos.

Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?

O mercado de empresas especializadas na execução de serviços de engenharia de reforma é bastante amplo e diversificado. Portanto, em princípio, qualquer empresa especializada que preste serviço na área do objeto pretendido e que possua responsável técnico habilitado no CREA e/ou CAU poderá atender aos requisitos especificados.

Quais as justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?

Em razão deste Tribunal não possuir contrato vigente que possa abarcar a execução dos serviços projetados, será necessário contratar empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para reforma do ambiente.

Quais são as normas que disciplinam o objeto da contratação?

A execução do objeto deverá seguir, no mínimo, as seguintes legislações e normas técnicas (vigentes ou aquelas que vierem a atualizá-las ou substituí-las):

- ABNT NBR 5410:2006 – Instalações elétricas de baixa tensão
- ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.
- ABNT NBR 5626:2020 – Sistemas prediais de água fria e água quente - Projeto, execução, operação e manutenção.
- ABNT NBR 15884:2010 – Sistemas de tubulações plásticas para instalações prediais de água quente e fria.
- NBR 15.758-1:2009 - Sistemas Construtivos em chapas de gesso para drywall – Projeto e procedimentos executivos para montagens
- NBR 13.245:2011 - Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais — Preparação de superfície

Há registro de ocorrências negativas ocorridas em contratações anteriores similares?

Não há, além daquelas intrínsecas às contratações públicas decorrentes de licitação.

Quais ações podem ser adotadas para evitar a repetição das ocorrências negativas supracitadas?

Não se aplica.

Há necessidade de que a atual contratada transfira conhecimento, técnicas ou tecnologias para a nova contratada?

Não existe contratada atualmente.

Há necessidade de insumos cuja previsibilidade não seja possível neste momento? Quais mecanismos devem ser incluídos no TR para tratar desta questão?

Por se tratar de uma contratação de serviços de engenharia de reforma podem ocorrer, durante a execução, eventos que não puderam ser previstos no momento da elaboração dos projetos e documentos técnicos.

Constará do TR que os serviços não incluídos na planilha e que se fizerem necessários poderão ser acrescidos à contratação, respeitando as condições do art. 127 da Lei n. 14133/21:

Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei.

Há contratações similares feitas por outras entidades que possam ser usadas como fonte para pesquisa de novas metodologias, tecnologias ou inovações?

Não, pois a solução de projeto foi desenvolvida especificamente para reforma do ambiente localizado na Avenida Getúlio Vargas, 265, 10º andar.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de bens e serviços em geral?

Não. Trata-se de serviços de engenharia.

Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado?

As quantidades a serem contratadas foram estimadas a partir de levantamentos “in loco” e nos projetos elaborados internamente.

A estimativa do valor da contratação utilizou quais fontes para sua definição?

Composições analíticas a partir de bases oficiais (SINAPI/SETOP/outras tabelas de referência) e pesquisa de mercado para formação dos preços de referência dos serviços.

É viável realizar a pesquisa de mercado?

Sim, para determinados insumos e serviços que não constarem das bases oficiais (SINAPI/SETOP/outras tabelas de referência)

É adequada a pesquisa de preços pela técnica de avaliação de preços praticados no mercado pelo próprio fornecedor?

Não.

No caso de preços praticados pelo próprio fornecedor, há parâmetros que permitam aferir sua razoabilidade?

Não se aplica.

Foram encontrados preços de objetos similares no PNCP?

Não se aplica. Conforme estabelecido pela IN. SEGES/ME N. 91/2022 está autorizada a aplicação do decreto N. 7983/2013 para a “elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia (...) para a definição do valor estimado nos processos de licitação e de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021”.

O Decreto em questão não prevê a obrigatoriedade da verificação do PNCP. Além disso, a utilização de contratações similares do PNCP não constitui parâmetro confiável para estimativa de preço para serviços de engenharia em função das especificidades de cada atividade, diretamente ligadas ao custo e que influenciam o preço final de mercado.

É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?

Sim. Alguns insumos necessários para a formação de composições de preço unitário (CPU) que não constam das tabelas oficiais podem ser fornecidos por mais de uma empresa, não encontrando restrições no mercado para aferição dos preços e qualidade.

Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?

Sim. Para parte dos insumos ausentes nas tabelas oficiais foram encontradas fontes de preço em sítios de domínio amplo, as quais foram empregadas na composição do orçamento analítico.

Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?

Sim. Considerando as características específicas do objeto, verifica-se a necessidade de obtenção de preços diretamente junto a fornecedores do mercado para determinados insumos e serviços que não possuem referência adequada ou padronizada nas tabelas oficiais de custos.

Dentre esses itens, destacam-se, exemplificativamente, os serviços de marcenaria sob medida, cuja definição depende diretamente das especificações constantes do projeto arquitetônico, bem como determinados materiais de acabamento, a exemplo

de revestimentos cerâmicos com características diferenciadas de design e padrão estético, que não constam de forma compatível nas bases referenciais oficiais.

Nessas situações, a pesquisa de preços junto a fornecedores especializados mostra-se necessária para a obtenção de valores compatíveis com as soluções projetadas, assegurando maior aderência entre o orçamento estimado e a realidade de mercado, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da economicidade e da eficiência.

Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?

Não.

Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?

Não

É adequada a pesquisa de preços por meio da técnica Composição de Custos Unitários + BDI?

Sim, a técnica se adequa perfeitamente à natureza do objeto, viabilizando o emprego dos insumos existentes em bancos de dados oficiais mantidos por instituições públicas.

No caso de utilização da Composição de Custos Unitários + BDI, quais as fontes de preços a serem usadas e qual a justificativa para sua escolha? Trata-se de obras e serviços de Engenharia? Se sim, deve-se observar o art. 23, §2º da Lei 14.133/21:

Tabelas oficiais do SINAPI, SICRO e outras tabelas de referência e pesquisa de mercado, com fulcro na redação do Decreto nº 7.983/2013. O orçamento será público.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS OU PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

O mapa comparativo de preços e as pesquisas de mercado serão anexados ao processo de contratação.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, deverá ser feita neste tópico.

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, sob o regime de empreitada por preços unitários, destinada à reforma e adaptação do ambiente localizado no 10º andar do Edifício Anexo, atualmente configurado como sala de sessões de menor porte, para implantação do Espaço de Convivência dos Desembargadores.

A contratação abrangerá a execução integral das intervenções previstas nos projetos executivos de arquitetura e projetos complementares, elaborados pela equipe técnica do Tribunal, compreendendo, dentre outros, serviços de demolição e remoção de elementos existentes, adequações civis, execução de sistemas elétricos, hidrossanitários, de condicionamento de ar, soluções de isolamento acústico, serviços de marcenaria sob medida, instalação de revestimentos, acabamentos e demais serviços necessários à plena funcionalidade do espaço.

A solução contempla, ainda, o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos, mão de obra especializada, ferramentas e maquinários necessários à execução dos serviços, bem como o gerenciamento, a coordenação e a responsabilidade técnica pela obra, observadas as normas técnicas aplicáveis, a legislação vigente e as especificações constantes do Termo de Referência.

A execução dos serviços deverá considerar que o edifício permanecerá em pleno funcionamento durante a realização da obra, exigindo planejamento adequado, adoção de medidas de segurança, controle de ruídos, organização do canteiro e mitigação de impactos às atividades institucionais.

Ao término da execução, a contratada deverá entregar o ambiente plenamente concluído, limpo e apto ao uso, em conformidade com os projetos aprovados, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas ou inconformidades identificadas durante o período de recebimento provisório e definitivo, nos termos da legislação aplicável.

Não se aplica a exigência de manutenção continuada ou assistência técnica específica após o recebimento definitivo, uma vez que se trata de serviços de reforma predial, permanecendo sob responsabilidade da Administração a manutenção ordinária do espaço, conforme rotinas internas determinadas pela Secretaria de Gestão Predial.

No âmbito da definição das soluções necessárias à adequação do espaço, foi solicitada pela Administração a implantação de sistema de sonorização ambiente para o local.

Com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica da solução, a Secretaria de Engenharia (SENG) promoveu diligência junto à Secretaria de Comunicação Social (SECOM), unidade responsável pela instalação e gestão de sistemas de áudio em ambientes institucionais, tais como salas de audiências e plenários.

Conforme manifestação da unidade consultada, os sistemas atualmente utilizados pela SECOM possuem complexidade técnica e operacional incompatível com a necessidade do ambiente em questão, uma vez que são projetados para suportar transmissões institucionais e operações mais robustas. Para o caso em análise, foi indicado que a demanda se restringe à reprodução simples de áudio ambiente, podendo ser atendida por soluções disponíveis no mercado, de menor complexidade e custo, como equipamentos comerciais de sonorização (ex.: caixas acústicas amplificadas e dispositivos de reprodução integrados).

Diante disso, foram realizadas consultas ao mercado, tendo sido obtidos orçamentos junto a duas empresas, os quais apresentaram soluções distintas quanto à configuração e aos equipamentos propostos, sem, contudo, permitir a adequada comparação técnica e econômica entre as alternativas apresentadas.

Considerando que:

- a Secretaria de Engenharia não detém expertise técnica específica na área de sonorização ambiente para avaliação comparativa das soluções propostas;
- não foi possível aferir, com o grau de segurança necessário, a adequação técnica e a compatibilidade dos preços apresentados com os valores de mercado;
- a solução de sonorização não constitui elemento essencial para a funcionalidade principal do espaço, caracterizando-se como item acessório;
- optou-se por não incluir os serviços de sonorização ambiente no escopo da presente contratação de engenharia, a fim de mitigar riscos de especificação inadequada do objeto, sobrepreço ou contratação de solução incompatível com a real necessidade da Administração.

A eventual contratação de solução de sonorização ambiente poderá ser avaliada oportunamente, em procedimento específico, com a participação de unidade técnica especializada, de modo a assegurar a adequada definição do objeto, a

compatibilidade técnica da solução e a observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Qual o maior nível de parcelamento da solução? Justifique.

Lote único. Não é recomendável sua divisão, pois as empresas especializadas em serviços de engenharia para reforma executam todos os processos especificados. O local de execução dos trabalhos é único: Avenida Getúlio Vargas, 265 - 10º andar, Belo Horizonte/MG.

A contratação de duas ou mais empresas dificultaria a fiscalização da reforma e, também, a indicação de responsabilidades no caso de problemas observados durante a execução dos serviços.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)

Quais são os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação?

Reformar o espaço de forma a adequá-lo ao funcionamento de um local adequado para integração institucional entre os Desembargadores, inclusive para a realização de refeições em conjunto, as quais não serão produzidas no local.

Qual é a descrição do objeto suficiente para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração?

A contratação tem por objeto a contratação de serviços de engenharia para reforma e adaptação de ambiente institucional, destinada à implantação do Espaço de Convivência dos Desembargadores no Edifício Anexo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 265 - 10º andar, Belo Horizonte / MG.

O objeto compreende a execução das intervenções previstas nos projetos executivos elaborados pela equipe técnica do Tribunal, incluindo serviços de demolição, adequações civis, instalações elétricas, hidrossanitárias, de condicionamento de ar, soluções de isolamento acústico, serviços de marcenaria, revestimentos e acabamentos, bem como o fornecimento de todos os materiais, insumos,

equipamentos e mão de obra necessários à entrega do espaço plenamente funcional e apto ao uso institucional.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quais as providências para adequar o ambiente organizacional em que a solução será implantada? Quais serão os agentes responsáveis por esta adequação?

Previamente à celebração do contrato, caberá à Administração adotar providências para adequação do ambiente organizacional no qual a solução será implantada, incluindo a comunicação formal à unidade responsável pela organização das sessões realizadas no âmbito do Tribunal, em razão da desativação de um dos plenários existentes.

Deverão ser adotadas, ainda, medidas voltadas à preparação do edifício para a execução dos serviços com o prédio em pleno funcionamento, tais como a definição de espaço adequado para armazenamento temporário de materiais e equipamentos da empresa contratada, o planejamento de fluxos internos, a adoção de reserva técnica de elevador, quando necessário, e demais ações de apoio logístico e operacional, sob coordenação das unidades administrativas competentes.

Será necessária a adoção de providências pela Administração, tais como: liberação de espaço, retirada de equipamentos, capacitação de servidores designados para fiscalização e gestão contratual?

Não.

Qual a equipe e a estratégia de fiscalização adequada ao objeto?

Será realizada por comissão formada por servidores da Secretaria de Engenharia.

Qual o prazo limite para a conclusão da contratação?

O contrato deverá ser assinado até o final de junho de 2026 de modo a viabilizar a execução da reforma até o final de setembro de 2026.

Quais as medidas necessárias para buscar a conclusão da contratação em tempo hábil?

Priorização da análise pela DADM, SELC, DOF, AJLC, DG e demais setores envolvidos, para posterior encaminhamento até a consecução da contratação.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Será necessária alguma contratação correlata ou interdependente como: seguros, acréscimos em contratos já existentes, treinamentos, levantamentos específicos?

Não.

Haverá necessidade de contratação de serviços de suporte à fiscalização?

Não.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Quais os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto?

1. A CONTRATADA deverá observar as orientações técnicas contidas na IN nº 01/10 do MPOG/SLTI e no “Guia de Contratações Sustentáveis” para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, aprovado pela Resolução nº 310, de 24 de setembro de 2021, pelo CSJT, observando a atualização e revisão do citado guia, por meio do ATO CSJT.GP.SG.SEGGEST N.º 71/2025, especificamente o item “15 – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA”, em especial as abaixo citadas:
 - a. Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
 - b. Não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA nº 267 de 14 de setembro de 2000;
 - c. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada e para a preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e legislação local, considerando a política socioambiental.

- d. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das atividades de demolição e construção, em conformidade com a legislação ambiental e com as normas municipais aplicáveis;
- e. Evitar acúmulo de entulho;
- f. Logística reversa dos materiais descartados;
- g. Adoção de procedimentos que minimizem impactos ambientais, incluindo controle de poeira, ruído e geração de resíduos;
- h. Priorização, sempre que tecnicamente viável, de materiais e soluções construtivas que apresentem maior durabilidade e eficiência no uso de recursos.
- i. O descarte das embalagens e restos de produtos deverão seguir rigorosamente o estabelecido nas legislações vigentes e a Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ.

Devem ser incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos?

Os materiais e equipamentos a serem utilizados devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental, além de considerar a possibilidade de reciclagem dos materiais após o uso.

LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:

Risco
Rescisão do contrato, em caso de descumprimento pela Contratada, acarretando interrupção dos serviços prestados.
Demora entre a elaboração da planilha orçamentária e a contratação da reforma, acarretando valores desatualizados.

AVALIAÇÃO ACERCA DA ESSENCIALIDADE E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

Trata-se de obrigação de fazer, ainda que eventuais entregas de materiais constituam obrigação acessória?

Sim. A obrigação de fazer da contratada constitui-se na execução dos serviços para reforma de ambiente localizado na Avenida Getúlio Vargas, 265 - 10º andar.

A necessidade do serviço se prolonga no tempo, de modo que não é possível vislumbrar seu encerramento, sendo necessária a renovação do contrato em longo prazo?

Não.

Eventual falta do serviço pode impactar negativamente na atividade-fim da unidade ou em serviço por ela prestado?

Não se aplica.

A solução ou parcela da solução constitui um serviço continuado?

Não.

Em caso de serviço continuado, qual a duração inicial e a duração máxima do contrato?

Não se aplica.

<p>XIII.POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA</p>
--

Diante dos elementos trazidos aos autos do presente estudo, a contratação é viável e produzirá os resultados necessários para a Administração, quais sejam, a execução dos serviços de adequações de ambiente localizado na Avenida Getúlio Vargas, 265 - 10º andar, Belo Horizonte / MG com o objetivo de transformá-lo em espaço de Convivência, de uso por desembargadores do Tribunal.

CADERNO 5
APROVAÇÃO DA SOLUÇÃO

Decisor:	Louise Costa Ferreira
Unidade Demandante:	Secretaria de Engenharia
Equipe de Planejamento:	Louise Costa Ferreira (SENG), servidores da Secretaria de Engenharia e da Secretaria de Gestão Predial
Integrante demandante:	Louise Costa Ferreira
Integrante Técnico:	Servidores da Secretaria de Engenharia e da Secretaria de Gestão Predial
Integrante Administrativo:	Não indicado.

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE DECISORA

Diante das informações, a solução delineada no Estudo Técnico Preliminar - contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para reforma de ambiente localizado na Avenida Getúlio Vargas, 265, em Belo Horizonte-, é a solução para o problema apresentado, em razão deste Tribunal não possuir contrato vigente que possa abarcar a execução dos serviços projetados.

ASSINATURA DO DECISOR:

Assinatura:

Nome: _____
Louise Costa Ferreira

Cargo: _____
Secretária de Engenharia